



European Physical Education Observatory

Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



EuPEO Intellectual Output 1 Relatório Intermédio

*Resultados Nacionais Preliminares
(Portugal)*

Versão Portuguesa

Ficha Técnica

Título: EuPEO Intellectual Output 1. Intermediate Report. National Preliminary Results.

Autores: Ana Quitério; Dora Carolo; João Costa; João Martins; Maria Martins; Marcos Onofre (coord.); Nuno Ferro

Coordenador do Projeto: Marcos Onofre

Ano: 2018

Cite como: Onofre, M., Costa, J., Quitério, A., Martins, J., Martins, M., Ferro, N & Carolo, D. (2018). EuPEO Intellectual Output 1. Intermediate Report. National Preliminary Results (*Portugal*) - 1st version. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade de Lisboa.

Projecto: Observatório Europeu da Educação Física

Financiador: Comissão Europeia

Programa: parceria colaborativa Erasmus + Sport 2017

Referência: 590560-EPP-1-2017-1-PT-SPO-SCP

Linha do tempo: janeiro 2018-dezembro 2020

Folha do projeto: <https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/projects/eplu-project-details/#project/590560-EPP-1-2017-1-pt-spo-scp>

Para mais informações sobre o projeto EuPEO, por favor siga os links:

Site: www.eupeo.eu

Facebook: www.facebook.com/European-Physical-Education-Observatory

Twitter: www.twitter.com/EuPEOproject

Os autores desejam agradecer à Comissão Europeia pelo financiamento do projeto EuPEO no âmbito do programa de parceria colaborativa Erasmus + Sport, com a referência do projeto: 590560-EPP-1-2017-1-PT-SPO-SCP.

Os autores desejam reconhecer a contribuição do Observatório Europeu da Educação Física (EuPEO) – www.eupeo.eu – equipa do projeto para o desenvolvimento dos instrumentos aqui referenciadas como EuPEO (2018) nas pessoas de: Marcos Onofre (PI), Ana Quitério, Dora Carolo, João Martins, Maria João Martins, João Costa (co-PI), Nuno ferro, Claude Scheuer, Martin Holzweg, Bruno Cremonesi, Roland Naul, Dennis Dreiskämper, Nils Neuber, Stefanie Dahl, Michael Fahlenbock, Daniel Möllenbeck, Rose-Marie Repond, Ruedi Schmid, Fiona Chambers, Wesley O' Brien, Jana Vašíčková, Gregor Jurak, Gregor starc, Tamás Csanyi, Zoltán Vass, Jo Lucassen, Annet Komen.

Nota: o apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui um endosso dos conteúdos que refletem apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

Tabela de conteúdos

Introdução	5
1. Processo do EuPEO – Análise Inicial	9
1.1 EuPEO National External Learning Assessment Systems (NELAS)	10
1.2 EuPEO Country Questionnaire (ECQ)	11
1.2.1 Estratégia Nacional para a Educação Física	14
1.2.2 Classe Profissional Docente	14
1.2.3 Formação de professores	14
1.2.4 Flexibilização Curricular	17
1.3 EuPEO School Questionnaire (ESQ)	19
1.3.1 Parcerias Comunitárias	21
1.3.2 Instalações, equipamentos e recursos	22
1.3.3 Carga Horária Semanal	24
1.3.4 Formação de Professores	25
1.3.5 Flexibilização Curricular	25
Conclusões	28

Lista de tabelas

Tabela 1 - Pontos fortes e desafios do NELAS	10
Tabela 2 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Estratégia Nacional para a Educação Física” ao nível do país.	14
Tabela 3 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Classe Profissional” ao nível do país	14
Tabela 4 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Formação de Professores” ao nível do país.....	14
Tabela 5 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Flexibilização Curricular” ao nível do país.....	17
Tabela 6 - Dados demográfico das escolas participantes no ESQ, por níveis de ensino, contexto, estado de dependência do governo, população de estudantes (global, EF e DE)	21
Tabela 7 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “parcerias comunitárias” ao nível da escola.....	21
Tabela 8 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Instalações, equipamentos e recursos” ao nível da escola	22
Tabela 9 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Carga horária semanal” ao nível da escola.....	24
Tabela 10 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Formação de Professores” ao nível da escola	25
Tabela 11 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Flexibilização curricular” ao nível da escola	25

Introdução

A *European Physical Education Association* (EUPEA) identificou, como resultados de estudos publicados, a diversidade de condições de lecionação da Educação Física (EF), Desporto Escolar (DE) e outras formas de atividade física escolar (AFE) entre países da Europa, assim como a necessidade de criação e implementação de um sistema de monitorização da EF e da atividade física relacionada com a saúde. O projeto do *European Physical Education Observatory* (EuPEO) surge como uma proposta que promove o colmatar das necessidades identificadas.

O projeto EuPEO é coliderado pelo Laboratório de Pedagogia (LaPED) da Faculdade de Motricidade Humana (FMH-UL) e a Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), envolvendo uma parceria colaborativa entre doze parceiros e dois observadores de um total de nove¹ países.

O desenvolvimento desta parceria colaborativa a nível europeu tem como finalidade a implementação de um sistema de monitorização através do desenvolvimento de uma plataforma *online* ([EuPEO Webpage](#)), de um manual para monitorização externa (MEA) a nível nacional, entre países europeus e um *toolkit* que possibilite preparar e providenciar monitorização interna (TIM) da qualidade da EF e DE ao nível da escola/agrupamento de escolas.

O relatório interno reporta os aspetos-chave do processo e produto das atividades desenvolvidas durante os primeiros sete meses do projeto e tem como finalidade a apreciação das fraquezas e pontos fortes do projeto em relação aos procedimentos adotados para desenvolvimento dos primeiros outputs e resultados recolhidos em cada país parceiro.

Para a análise do processo de desenvolvimento e aplicação dos diferentes instrumentos para recolha de dados são considerados os instrumentos de recolha de dados que estão a ser desenvolvidos e aperfeiçoados desde Janeiro de 2018: European School Questionnaire (ESQ); European Country Questionnaire (ECQ); o National External Learning Assessment Systems (NELAS) in Physical Education.

O presente relatório é determinante para o desenvolvimento das etapas seguintes do projeto, nomeadamente, ao permitir a tomada de decisão para construção do Questionário dos Alunos (EuPEO Pupils Questionnaire - EPQ). O Questionário dos alunos irá focar-se essencialmente nas perceções dos alunos acerca os resultados de aprendizagem requeridos e respetivo processo de avaliação, a partir do que é identificado entre parceiros do projeto como sendo o mais comum

¹ Portugal, França, Irlanda, Alemanha, Holanda, República Checa, Eslovénia, Hungria e Suíça.

em termos de flexibilização curricular. Concomitantemente, perspetiva-se que o questionário aborde as suas perceções sobre as oportunidades de participação no Desporto Escolar e outras formas de Atividade Física Escolar, bem como acerca das “instalações, equipamentos e recursos” como infraestruturas de apoio e políticas que promovam a participação em todas as formas de atividade física na escola. O processo de validação deste questionário irá resultar num instrumento centrado no aluno que fará parte do MEA e TIM no workpackage 3.

O primeiro passo na preparação dos instrumentos foi baseado no trabalho desenvolvido durante a primeira reunião do EuPEO (Lisboa, 24-26 de janeiro) e que resultou na definição do referencial de dimensões para os questionários. O referencial encontrado é baseado numa adaptação da proposta de dimensões da UNESCO (2015) para uma Educação Física de Qualidade e todos os investigadores foram envolvidos na discussão e definição dos indicadores mais relevantes para o instrumento.

A versão original do ESQ foi traduzida para a língua materna de cada país, para ser respondido por coordenadores do Departamento de Educação Física de todos os países participantes e testado para verificação da sua validade ecológica. O ECQ foi similarmente traduzido para a língua materna de cada país participante, para ser respondido pelos responsáveis das associações profissionais/científicas da área da Educação Física. O NELAS foi apenas desenvolvido na versão em inglês considerando-se que as pessoas que iriam responder ao questionário são os representantes das associações nacionais e possuem conhecimento muito bom da língua inglesa. As versões finais dos questionários foram digitalizadas usando o Limesurvey software (version 2.65.0+170502).

O projeto e os instrumentos criados foram submetidos a aprovação da Comissão Nacional de Proteção de Dados e ao Conselho de Ética da instituição coordenadora (Faculdade de Motricidade Humana). Os questionários incluem processos de informação e clarificação de procedimentos, junto dos participantes (Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para a investigação com seres humanos). Particularmente, para a aplicação do ESQ, uma carta informativa traduzida do inglês para a língua materna foi enviada aos diretores de escola e coordenadores de departamento de Educação Física.

Os dados recolhidos foram exportados do Limesurvey para um ficheiro Excel (Versão 15.17) e depois, importados para o Statistical Package for the Social Sciences (versão 23). Foi efetuada uma análise estatística descritiva das diferentes variáveis. Os resultados foram partilhados com os países parceiros que os analisaram para desenvolvimento do relatório nacional.

Caracterização da Educação Física em Portugal

A rede de estabelecimentos escolares públicos está alargada a todas as regiões do país, prevendo-se, no entanto, a existência de estabelecimentos de ensino privado que, eventualmente, poderão receber apoios do Estado quando reconhecido que colmatam uma falha da rede pública de ensino.

Os edifícios escolares têm vindo a ser requalificados, no entanto, suspeitamos que ainda poderemos encontrar alguma iniquidade entre escolas dos grandes centros populacionais e do interior do país, em termos de adequação de equipamentos e instalações. A desertificação do interior é um fator preocupante na atualidade.

Portugal não possui uma estratégia concertada para o desenvolvimento da Educação Física Escolar. Há mais de 30 anos, a publicação dos Programas Nacionais de Educação Física serviu o propósito de concertar uma estratégia de desenvolvimento da disciplina, colocando indiretamente a descoberto as diferenças consideráveis entre escolas no que concerne às práticas, organização, instalações, adequação de equipamentos, etc.

A média de idades do corpo docente é elevada, o que, em paralelo ao acumular de funções diversas, à burocratização do trabalho do professor, entre outras questões relacionadas com as condições de trabalho e a progressão na carreira, têm contribuído negativamente para a saúde, bem-estar e satisfação destes profissionais.

Portugal está no terceiro ano de aplicação de provas de avaliação externa das aprendizagens na disciplina de Educação Física. No ano letivo 2016/2017 as provas iniciaram-se no 2º ano de escolaridade; no ano letivo 2017/2018 existiram provas no 2º e 8º, estando assegurado que no presente ano letivo as provas decorrerão no 2º e 5º ano.

A disciplina tem Programas Nacionais (PNEF) com mais de 30 anos que necessitam de revisão quanto aos conteúdos propostos e objetivos específicos definidos. Todos os ciclos de ensino, da educação pré-escolar ao ensino secundário, possuem referências programáticas para a Educação Física. OS PNEF do 2º ciclo ao Ensino Secundário foram revistos no início do século XXI e, apesar de serem oficiais a nível nacional, admitem na sua génese a possibilidade de adaptação aos contextos regionais/locais, constituindo-se como ecléticos, abertos, prescritivos e flexíveis.

No início do ano de 2017 o Ministério da Educação do XXI governo constitucional, promoveu a adequação do currículo às exigências do século XXI ao concretizar um conjunto de medidas e de

iniciativas que convergem para a construção de uma escola inclusiva, bem como para o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade, enquanto respostas efetivas às necessidades educativas de todos os alunos. Para tal, foram publicados o Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de Julho, que define os princípios da organização do currículo nos ensinos básico e secundário, bem como o Decreto-Lei nº 54/2018 de 6 de Julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Foi definido durante o ano de 2017 um Perfil dos Alunos à Saída da escolaridade Obrigatória, tendo por base as competências para o século XXI e que se constitui como referencial para as decisões a adotar pelos decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas. Em paralelo, o currículo nacional foi reorganizado tendo por base os programas em vigor, tendo-se definido “as aprendizagens essenciais” a serem alcançadas em 12 anos de escolaridade obrigatória. As medidas desenvolvidas apoiam a gestão autónoma e flexível do currículo como instrumento que se pode desenvolver localmente, com a participação dos alunos, famílias e da comunidade.

Após seis anos de discussão pública, as medidas recentes devolveram uma equidade de estatuto da Educação Física (reposição da carga horária; contabilização para entrada no ensino superior) em relação às restantes disciplinas do currículo nacional. Neste processo as associações nacionais de profissionais de educação física (Sociedade Portuguesa de Educação Física - SPEF e o Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto - CNAPEF) tiveram um papel relevante de esclarecimento junto da sociedade e dos decisores políticos.

O Desporto Escolar e Atividades Físicas Escolares Extracurriculares estão sob a tutela do Ministério da Educação. Atualmente, medidas de promoção do transporte ativo e a remodelação dos espaços escolares estão a decorrer a nível nacional.

1. Processo do EuPEO – Análise Inicial

NELAS | Resultados em Destaques

Identificar e justificar junto do ME e outros órgãos com responsabilidade na definição de estratégias de avaliação educacional, a necessidade de adaptarem os instrumentos de avaliação externa (que não as provas de aferição) no sentido de recolherem informação acerca dos domínios psicológico, social e cognitivo.

O FitEscola pode ser admitido como um sistema de avaliação externa? Em caso afirmativo, Portugal tem um sistema de avaliação da aptidão física disponível para todos 2º/3º ciclo e Ensino Secundário. O programa permite a avaliação do desenvolvimento da aptidão física ao longo de 7 anos de escolaridade (5º ao 12º ano).

As provas de aferição em Educação Física, a realizarem-se no final do 2º, 5º e 8º anos de escolaridade, têm como referencial base as Aprendizagens Essenciais definidas no Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho, no n.º 2 do artigo 17, e permitem:

Acompanhar o desenvolvimento do currículo, nas diferentes áreas, providenciando informação regular ao sistema educativo;

Fornecer informações detalhadas acerca do desempenho dos alunos à escola, aos professores, aos encarregados de educação e aos próprios alunos;

Potenciar uma intervenção pedagógica atempada, dirigida às dificuldades identificadas para cada aluno.

Particularmente ao nível do 1º ciclo, a aplicação de provas de aferição tem permitido identificar indiretamente problemas organizacionais que afetam a qualidade da educação física oferecida pela escola. A sua identificação atempada por parte do ministério tem permitido perspetivar a reformulação de projetos curriculares de escola com vista à criação de condições que potenciem a existência de uma educação física de qualidade (melhoria dos recursos materiais, qualificação dos recursos humanos, apoio a projetos, etc.).

No atual sistema de avaliação externa das aprendizagens, não existe ainda referência ao Ensino Secundário. A sua existência será um passo importante neste âmbito.

Apenas o domínio físico é avaliado nas provas de aferição. No 1º ciclo, são avaliadas as competências motoras fundamentais referentes aos blocos de deslocamentos e equilíbrios, perícias e manipulações, e jogos relativos ao 1º e 2º anos. No 3º ciclo (8º ano) é avaliada a

subárea das atividades físicas e desportivas, a par da aptidão aeróbia. As provas de 2º ciclo (5º ano) terão lugar no final do presente ano letivo.

1.1 EuPEO National External Learning Assessment Systems (NELAS)

Tabela 1 - Pontos fortes e desafios do NELAS

Categories (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Física	<p>Baterias de testes para avaliação do desenvolvimento da Aptidão Física, do 5º ao 12º ano (aptidão aeróbia; composição corporal; aptidão muscular).</p> <p>Existência de provas globais com dimensão formativa, no 2º e 8º ano de escolaridade para a disciplina de Educação Física.</p> <p>No ano letivo de 2018/2019 decorrerão do 2º e 5º ano.</p>	<p>Estender a aplicação de provas globais de aferição a todos os níveis de ensino, com destaque para o último ano da escolaridade obrigatória (12ºano).</p> <p>Abranger outros subdomínios (atividades rítmicas expressivas; atividades de exploração da natureza, natação...).</p> <p>Formação de classificadores no 1º ciclo.</p> <p>Potenciar a fiabilidade da avaliação.</p>
2. Psicológico	<p>Não existe no sistema de avaliação atual.</p>	<p>Entre os elementos da equipa portuguesa não existe acordo quanto à pertinência de tornar o domínio psicológico objeto de avaliação externa.</p> <p>O autoconceito físico e de competência física, entre outros aspetos psicológicos, preditivos das atitudes e emoções face ao movimento e em particular, dentro da disciplina de Educação Física, têm sido apontados como relevantes por investigadores.</p> <p>Já existem instrumentos validados para a população escolar portuguesa (e.g. Faria, 2005; Martins, 2015)</p> <p>A avaliação do domínio psicológico poderá não fazer sentido no enquadramento das provas de aferição, mas enquanto objeto de investigação por parte de associações profissionais, faculdades ou centros de investigação.</p>
3. Social	<p>Não existe no sistema de avaliação atual.</p>	<p>Entre os elementos da equipa portuguesa não existe acordo quanto à pertinência de tornar o domínio social objeto de avaliação externa.</p>

		A avaliação do domínio social poderá não fazer sentido no enquadramento das provas de aferição, mas enquanto objeto de investigação por parte de associações profissionais, faculdades ou centros de investigação. - Comportamentos de inclusão e cooperação entre pares;
4. Cognitivo	Não existe no sistema de avaliação atual.	Para a inclusão da avaliação de conhecimentos relativos ao domínio das Atividades Físicas e do Desporto, Portugal deverá fazer referência aos objetivos presentes nos Programas Nacionais de Educação Física, assim como à definição de competências essenciais em cada ano de escolaridade (“Aprendizagens Essenciais”) e ao perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

1.2 EuPEO Country Questionnaire (ECQ)

Caracterização do País

Em Portugal, o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto estabelece uma obrigatoriedade de matrícula e de frequência escolar para todos os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos ou até aos 18 anos de idade. A matrícula e frequência na educação pré-escolar não é obrigatória, mas o Estado Português está a promover o alargamento da oferta neste nível de ensino.

O Estado português garante a criação e manutenção de uma rede pública de estabelecimentos de ensino que se encontra organizada em agrupamentos de escolas. A rede de estabelecimentos escolares públicos, preconizada na Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, possibilita que os alunos frequentem, dentro do mesmo agrupamento, todos os níveis de ensino ISCED 0-3 e garante uma distribuição racional de recursos, a par da coerência, equidade e coesão socio territorial. A Lei de Bases do Sistema Educativo reconhece, contudo, a existência de estabelecimentos de Ensino particular e cooperativo como expressão da liberdade de aprender, de ensinar e de escolha.

Existem no país 13986 estabelecimentos de ensino (10160 Públicos e 3826 Privados). O número total de alunos matriculados no sistema de ensino é de 2027483, no entanto, se admitimos apenas os níveis de ensino ISCED 0-3 encontramos o nº total de 166 4785. Existem 259850 alunos matriculados no ensino pré-escolar (15,6%); 408041 no 1º ciclo do ensino básico (24,5%); 605356 no 2º e 3º ciclo (36,4%) e 391538 no ensino secundário (23,5%). Quanto à distribuição

dos alunos, verificamos que entre os alunos em idade escolar nos ISCED 0-3, 804898 (48,3%) são raparigas; 282051 (16,9 %) possuem algum tipo de Necessidade Educativa Especial, com apoios educativos previstos na Lei nº 3/2018 de 7 de Janeiro (até ao ano letivo 2017/2018)²; 517392 (31,1 %) oriundos de agregados familiares com condições económicas mais modestas³; 51128⁴ (3,1%) alunos emigrantes; 12963 (0,8 %) alunos oriundos da comunidade cigana.

ECQ | Resultados em Destaque

Não existe uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Educação Física (ENDEF). Apesar dos PNEF não se constituírem como uma estratégia propriamente dita, estes são efetivamente muito detalhados e cobrem todas as questões mais relevantes relativas ao desenvolvimento da educação física escolar. Por outro lado, consideramos que em Portugal existe uma estratégia de desenvolvimento para o Desporto Escolar (2017-2021) e uma estratégia nacional para a Promoção da Atividade Física (2016) que, no caso da primeira, pode carecer de monitorização.

A perceção dos representantes da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) é a de que em particular para esta área curricular e em relação ao apoio para o desenvolvimento de uma estratégia nacional, o governo atribui um nível de apoio médio à formação contínua de professores, ao desenvolvimento do quadro legislativo e à promoção da atividade física e desportiva escolar.

A formação de professores de educação física é percebida como sendo de qualidade, no entanto, aspetos como a clarificação conceptual, de conceções entre escolas de formação e a promoção do papel fulcral do estágio pedagógico na formação dos futuros professores, devem ser promovidos. Os professores de Educação Física são considerados especialistas e completam a formação inicial com competências adquiridas nas áreas de gestão e organização do ensino (planeamento, intervenção pedagógica, avaliação); investigação educacional; gestão intermédia; de treino do Desporto Escolar e de relação com a comunidade.

²A partir do ano letivo 2018/2019, o **Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de Julho** encontra-se em vigor, substituindo a Lei nº 3/2018 de 7 de Janeiro. O Decreto-Lei n.º 54/2018 estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (ponto 1, Artigo 1º).

³ Número de alunos do ensino público pré-escolar, básico ou secundário que beneficiam de apoio socioeconómico ou refeições subsidiadas.

⁴ Portugal continental.

A indução profissional, apesar de ser uma fase de socialização profissional que se encontra prevista na Lei e se espera que ocorra de forma estruturada, não ocorre de forma sistemática e partirá da iniciativa da organização escolar em que o professor em início de carreira é colocado.

A oferta de programas de formação contínua para professores de Educação Física é vasta. Os professores de educação física podem frequentar formações creditadas pelo Instituto Português do Desporto e Juventude e aquelas que decorrem em centros de formação creditados pelo Conselho Científico de Formação Contínua de Professores. Só estas últimas são contabilizadas para o concretizar de 25h anuais de formação contínua.

Durante o ano letivo 2017/2018 foram tomadas medidas legislativas que devolveram a equidade de estatuto entre disciplina de EF e outras disciplinas do currículo nacional (reposição da carga horária nos 2º e 3º ciclos e contabilização da classificação da disciplina na média de acesso ao Ensino Superior). A lecionação da Educação Física no 1º ciclo continua a ser uma prioridade de atuação e um dos maiores desafios na atualidade. As dificuldades dos professores generalistas em lecionar a disciplina, são conhecidas. Desta forma, a inclusão de professores de Educação Física (especialistas) como coadjuvantes do professor titular de turma (generalista) pode ser uma estratégia de apoio ao desenvolvimento da disciplina no 1º ciclo, à melhoria da articulação vertical entre ciclos de ensino e à formação contínua recíproca.

O Desporto Escolar encontra-se sob a tutela do Ministério da Educação, possuindo recursos financeiros e apoio logístico adequado para o desenvolvimento de competições e eventos desportivos. As atividades do Desporto Escolar fazem parte da carga horária da generalidade dos professores de educação física, não existindo a possibilidade de outro professor ou profissional exercer estas funções de treino em ambiente escolar.

Em Portugal, o programa de atividades de enriquecimento curricular, aprovado por lei, permite às escolas primárias (do 1.º ao 4.º ano de escolaridade) oferecer atividades físicas extracurriculares que **complementam a educação física obrigatória**. Nos restantes ciclos de ensino este propósito tende, nas escolas públicas a ser servido pelo Desporto Escolar.

1.2.1 Estratégia Nacional para a Educação Física

Tabela 2 – Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Estratégia Nacional para a Educação Física” ao nível do país.

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Existência	-----	Não existe uma estratégia Nacional para desenvolvimento da Educação Física.
2. Apoio	A perceção dos representantes da Sociedade Portuguesa de Educação Física é a de que o governo Português oferece um nível de apoio médio ao desenvolvimento da estratégia nacional de EF em relação às seguintes formas de apoio: formação contínua de professores; desenvolvimento do quadro legislativo; na definição de planos para a promoção da atividade física e desportiva extracurricular; no desenvolvimento de sistemas de monitorização das aprendizagens.	<p>Considera-se que oferece um baixo apoio no que respeita à consultoria; a emanação de recomendações para cooperação com o sector da saúde.</p> <p>Não existe sistema de avaliação interno (escola) do desenvolvimento das aprendizagens em educação física e no desporto escolar.</p> <p>A criação de recomendações para o desenvolvimento dos programas de formação de professores de Educação Física; desenvolvimento de um plano de promoção e clarificação da importância da EF, dirigido à opinião pública; criação de um sistema de avaliação da qualidade da intervenção pedagógica em EF.</p>

1.2.2 Classe Profissional Docente

Tabela 3 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Classe Profissional” ao nível do país

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Dados demográficos	Existência de 7955 professores de EF, dos quais 5145 (64,8%) são do sexo masculino e 3533 (35,2%) do sexo feminino.	Para o grupo de recrutamento 260 e 620 existe uma quantidade considerável de informação em falta: carreira; habilitações académicas; faixa etária e anos de experiência.

1.2.3 Formação de professores

Tabela 4 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Formação de Professores” ao nível do país

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Formação Inicial de Professores	Os professores de EF necessitam de obter, no mínimo 270 ECTS durante o programa de formação. Com os professores estagiários a terem a obrigatoriedade de frequentar e ter aproveitamento num período de	Aproximação das Instituições de ensino superior e às associações científicas e profissionais como forma de aproximar cada vez mais a formação do contexto real.

	<p>estágio supervisionado. As práticas de ensino ao longo da formação inicial, representam no mínimo 48 dos ECTS totais.</p> <p>Os professores em formação não são remunerados durante o período de estágio supervisionado sendo o professor cooperante o responsável legal pela turma.</p> <p>Atualmente o grau académico mínimo para entrada na profissão docente é o de Mestre em Ensino da Educação Física nos Ensino Básico e Secundário.</p> <p>É expectável que um professor de educação física adquira competências relacionadas com as práticas de ensino; investigação e inovação educacional; gestão intermédia; de treino do Desporto Escolar; de relação com a comunidade.</p> <p>A formação de professores de EF está a cargo das Instituições de Ensino Superior e a habilitação académica mínima prevista na Lei é a de Bachelor. No entanto, no ensino superior universitário e cada vez mais no politécnico, a generalidade dos professores têm o grau académico de Doutor.</p>	<p>Dentro da formação inicial, promover a valorização do estágio pedagógico.</p> <p>Promover o contacto com a escola (e.g. trabalho de campo, observação de aulas, etc.) ao longo dos 5 anos de formação inicial.</p> <p>Promover o aumento/manutenção da celebração de protocolos com escolas, que potenciem as relações de cooperação entre IES e a escola.</p> <p>Reconhecer o trabalho dos colaboradores diretos (orientador de faculdade e orientador de escola cooperante), atribuindo-lhes direitos adicionais pelo tempo dedicado à função que desempenha (e.g. redução do horário da componente letiva...).</p>
<p>2. Indução Profissional</p>	<p>Na Lei está prevista a existência de um período estruturado de indução profissional que deverá durar até doze meses e onde o professor tem todas as funções atribuídas no perfil do professor.</p> <p>O professor em indução é acompanhado por um colega de departamento, em princípio mais experiente. Tendencialmente, o coordenador de departamento.</p> <p>Avaliação do ano de indução profissional acontece sob a forma de relatório final e da observação sistemática das práticas de ensino.</p> <p>A escola onde o professor presta serviço é a instituição responsável pela organização da formação.</p>	<p>Tende a não acontecer na prática ou a acontecer de forma casual.</p> <p>Apesar de prevista na Lei, os processos de indução profissional tendem a não acontecer ou a acontecer de modo informal.</p> <p>Os processos de indução profissional têm relevância para a organização escolar e para o professor em processo de indução, na medida que permitem a apropriação das normas, crenças e modos de estar na profissão e organização em particular. Deveriam acontecer de forma mais sistemática e estruturada, na prática.</p>

<p>3. Desenvolvimento Profissional Continuo</p>	<p>Existe oferta de formação continua para professores ao nível nacional (DGE; SPEF; IPDJ; empresas de formação especializada); regional (centros de formação escolares); Local (formação interna da escola).</p> <p>A frequência e aproveitamento em cursos de formação contínua é obrigatória (25h/ano) e contabilizada para a progressão na carreira.</p> <p>Qualquer entidade creditada pelo Conselho Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC) pode implementar ações de formação contínua de professores.</p>	<p>Alertar para a necessidade de admitirmos as reais necessidades de formação dos professores, chamando-os a participar na definição de tópicos e temas de formação ou tendo por base as avaliações de desempenho. Os resultados apontam para que os tópicos de formação tendam a ser definidos pela instituição/formador, pelo que nem sempre vão ao encontro das necessidades de formação dos professores.</p> <p>Promover a conceção, implementação e avaliação de formatos de formação contínua de oficinas de formação; investigação-ação ou outros que decorram no contexto de trabalho e impliquem a participação ativa de diversos elementos da comunidade escolar.</p> <p>Recolher informação acerca das necessidades de formação dos professores de Educação Física.</p> <p>Delinear um plano regional de formação que seja suficientemente abrangente, mas que considere as reais necessidades de formação dos professores.</p> <p>Promover a formação interpares/recíproca, dentro do ambiente escolar, como modelo que não só permite adquirir e atualizar competências, mas também permite desenvolver uma identidade coletiva, um sentido de pertença e a colegialidade entre pares.</p>
--	---	---

1.2.4 Flexibilização Curricular

Tabela 5 - Pontos fortes e Principais desafios encontrados para o tema “Flexibilização Curricular” ao nível do país

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
<p>1. Educação Física</p>	<p>A educação física é obrigatória em todos os ISCED 0-3.</p> <p>O número máximo de alunos por turma é de 25 na educação pré-escolar; 26 no ensino primário e 2º ciclo; 30 no 3º ciclo e ensino secundário.</p> <p>A educação física faz parte do currículo geral do país. Este é regulado a nível central (Ministério da Educação) e a nível local (agrupamento de escolas).</p> <p>Existem programas nacionais de Educação física e cada agrupamento de escolas, ao nível local, deve definir o seu projeto curricular de educação física de acordo com as orientações metodológicas do programa.</p> <p>Os PNEF possuem normas de referência para a avaliação sumativa e indicações gerais para o processo de avaliação formativa (contínua e inicial).</p> <p>Os programas nacionais de educação física são flexíveis, completos, abertos e ecléticos. Garantem a homogeneidade a nível nacional (Objetivos Gerais), respeitando as particularidades do contexto possibilitando a aprendizagem de matérias com maior expressão local.</p> <p>Os conteúdos são regulados a nível central pelo ministério da Educação.</p> <p>A avaliação das aprendizagens é obrigatória nos ISCED 0-3.</p> <p>A equidade do estatuto avaliativo da disciplina de EF foi reposta no ano letivo de 2018/2019 (Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho).</p> <p>Esta é requerida para a progressão dos alunos em todos os ciclos de ensino e alvo de prova global externa no 2º ano, 5º ano e</p>	<p>Atualizar os Programas Nacionais de Educação Física (PNEF) no que respeita às matérias e objetivos específicos e, definição de objetivos por ciclo para a área dos conhecimentos é necessário.</p> <p>Promover a investigação na área da didática da Educação Física, avaliação e desenvolvimento curricular através de estudos longitudinais.</p> <p>Reconhecer e divulgar boas práticas ao nível da avaliação e desenvolvimento curricular ou outras.</p> <p>Alargar os domínios de incidência das provas de aferição. As aprendizagens avaliadas nas provas globais situam-se apenas no domínio físico (aptidão física; movimentos fundamentais; matérias “performance nas modalidades”).</p> <p>Promover projetos de coadjuvação ou a colocação de professores especialistas no 1º ciclo (pertencentes ao agrupamento). A qualidade e efetiva existência de lecionação das aulas de Educação Física no 1º ciclo devem continuar a ser preocupação.</p>

	<p>8º ano para fins de monitorização das aprendizagens.</p> <p>O governo e as escolas regulam os produtos de aprendizagem.</p> <p>A aprendizagem das matérias e o exercício e saúde são, no geral, as finalidades consideradas mais importantes para a educação física.</p> <p>Nas idades mais baixas (pré-escolar, 1ºCEB), o desenvolvimento pessoal e social através da atividade física assume importância mais vincada.</p> <p>A recreação assumida como muito importante no pré-escolar. Esta finalidade vai perdendo relevância ao longo dos ciclos de ensino em favor das aprendizagens e do exercício e saúde.</p> <p>As aprendizagens em Educação Física a serem adquiridas no final da escolaridade obrigatória estão claramente definidas em todos os ciclos de ensino.</p> <p>Os princípios pedagógicos subjacentes ao currículo de Educação Física são os de Conteúdos adaptados aos estádios de desenvolvimento dos alunos (ou adaptados à idade); foco na aprendizagem; inclusão; orientação para a Saúde; reflexividade; ambientes de aprendizagem física e psicologicamente seguros; desenvolvimento multilateral.</p> <p>Durante a escolaridade obrigatória os alunos portugueses têm entre 24 (ISCED 1) e 25 horas de atividades curriculares (ISCED 2-3). Para disciplina de Educação Física são atribuídos 150 minutos semanais de aulas (ISCED 2-3). No ISCED 0-1 o tempo atribuído pode ser variável entre escolas, uma vez que não é atribuído especificamente para EF e deverá ser distribuído entre três disciplinas pertencentes ao Departamento de Expressões.</p>	
<p>2. Desporto Escolar</p>	<p>Portugal tem um programa e regulamentos (gerais/específicos) para o Desporto Escolar e as escolas são obrigadas a disponibilizar essas atividades para os alunos que pretendem aderir, incluindo os com NEE.</p>	<p>Alertar para a necessidade da DGE-DE monitorizar anualmente aspetos relacionados com a organização, participação e competição no DE. Os dados de participação no Desporto Escolar estão desatualizados ou são inexistentes.</p>

	<p>É financiado pelo Estado Português e existe uma equipa dentro da Direção Geral da Educação (órgão da administração central pertencente ao Ministério da Educação) destacada para os assuntos relacionados com a Educação Física e o Desporto Escolar.</p> <p>Todos os níveis competitivos são possibilitados (Local, Regional, Nacional, Internacional).</p>	<p>Alertar para a pertinência da dados sobre a participação de grupos minoritários (alunos com NEE, atletas de alto rendimento, imigrantes, de outras etnias diferentes da maioria) será importante no futuro, dado às atuais características sociais e culturais (Desporto como meio de inclusão social).</p>
3. Outras formas de Atividade Física	<p>As Atividades Físicas Extracurriculares são disponibilizadas nas escolas, em complemento da Educação Física obrigatória. Estas são carácter facultativo.</p>	<p>Fiscalizar a existência de recursos humanos com as habilitações académicas referidas na Lei (mínimo Licenciatura em Desporto).</p> <p>Nota: Existe a percepção de que carga horária, organização das atividades e a qualidade da intervenção pedagógica é bastante variável entre escolas com esta oferta.</p>

1.3 EuPEO School Questionnaire (ESQ)

ESQ | Resultados em Destaque

Os participantes consideram existir cooperação do governo e dos órgãos de administração nacionais quanto à organização de eventos do Desporto Escolar, colocação de pessoal docente (EF) e técnicos de atividade física; assim como na manutenção de espaços e apoio logístico. A cooperação entre escolas é percebida como muito importante e importante, assim como a cooperação com instituições de ensino superior e centros de investigação. Por outro lado, as escolas participantes percebem que existe falta de cooperação entre a sua escola e o governo, com vista à promoção de condições para que o transporte ativo ocorra. A cooperação com outras escolas no que respeita à partilha de instalações/equipamentos e à supervisão interpares é inexistente e, apesar de considerarem importante, não existe uma participação significativa na vida associativa.

As parcerias comunitárias com organizações desportivas acontecem tendo em vista a promoção de modalidades desportivas e a cedência de instalações. Entre as escolas participantes, não existe uma colaboração significativa com os pais, apesar ser considerada “importante” ou “muito importante”.

As escolas da amostra consideram possuir instalações e equipamentos adequados para cumprir a extensão do currículo de EF. Em termos de polivalência, os espaços exteriores parecem

apresentar menos condições em relação aos espaços interiores, mas o mesmo não acontece quando se questiona se existem barreiras ao acesso por parte de alunos com NEE (espaços exteriores mais acessíveis). Quanto à segurança, os coordenadores consideraram que existe uma probabilidade forte de ocorrência de lesão devido ao piso ou à manutenção das instalações.

Os professores da amostra confirmaram através das suas respostas, o que a nível nacional tem existido como mote para discussão pública: a diversidade de funções dos professores, a elevada carga horária letiva e não letiva. Estes continuam a participar em ações de formação contínua, apesar de, nos últimos anos, a perda do propósito da progressão da carreira (componente da avaliação docente) ter acontecido. O número de professores de EF do sexo feminino representa apenas um terço do total.

Entre as escolas da amostra, entende-se que é promovido um ecletismo das aprendizagens. Tal como preconizado nos Programas Nacionais de Educação Física (PNEF), a área dos conhecimentos e da aptidão física é trabalhada nas escolas a par do ensino das matérias (área das atividades físicas).

A definição de critérios de avaliação e a utilização de referências normativas ou outras, existe nas escolas da amostra. Esta é da responsabilidade dos Departamentos de Educação Física (DEF). As escolas disponibilizam *guidelines* claras para a avaliação sumativa e, em alguns casos, para a avaliação formativa das aprendizagens. A participação ativa dos alunos e a informação aos encarregados de educação deve ser potenciada.

A definição de horários da disciplina não está sob controlo de elementos do DEF, um aspeto que pode ser prejudicial à definição de horários mais adequados às necessidades dos alunos.

A participação no Desporto Escolar é baixa e, quando falamos de grupos-alvo considerados minoritários (imigrantes, alunos de etnia cigana) a participação pode ser muito baixa ou inexistente. As raparigas têm uma participação satisfatória em número. Apesar dos dados apresentados quanto à participação, a totalidade das escolas participa frequentemente em competições do Desporto Escolar. Esta oferta extracurricular é gratuita para os alunos das escolas públicas da amostra e paga nas escolas privadas, na totalidade ou em parte.

Tabela 6 – Dados demográfico das escolas participantes no ESQ, por níveis de ensino, contexto, estado de dependência do governo, população de estudantes (global, EF e DE)

Níveis de ensino (ISCED)	Contexto	Dependência do Governo	População Escolar (média)	População de estudantes na EF (média)	População de estudantes no DE (média)
Pré-escolar =3			Total= 1586 (±752.233)	Total= 1468 (±584.210)	Total= 188 (±134.641)
1º CEB=3	Urbano=6	Pública=4	Raparigas=564 (±535.327)	Raparigas= 503 (±442.132)	Raparigas= 90 (±90.288)
2º e 3º CEB=5	Rural=0	Privada=2	NEE= 29 (±34.988)	NEE= 12 (±13.880)	NEE=7 (±11.726)
E. Secundário =6			Baixo ESE=78 (±154.804)	Baixo ESE=77 (±152.009)	Baixo ESE= n.d
			Imigrantes= 74 (±177.931)	Imigrantes= 48 (±112.620)	Imigrantes= 5 (±12.580)
			Étnia Cigana= n.d	Étnia Cigana= n.d	Étnia Cigana= n.d

1.3.1 Parcerias Comunitárias

Tabela 7 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “parcerias comunitárias” ao nível da escola

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Públicas	<p>O governo central e os órgãos de administração nacionais cooperam formalmente com as escolas na colocação de professores (setor educação) e de técnicos de atividade física (setor Desporto), assim como na manutenção de espaços e apoio logístico.</p> <p>83,3 % dos participantes consideram que os órgãos de administração nacionais apoiam a organização de eventos do Desporto Escolar. O mesmo não tende a acontecer com a organização de eventos e atividades extracurriculares, uma vez que 66,7% considera não existir apoio.</p> <p>66,7% das escolas cooperam com outras escolas maioritariamente ao nível do Desporto Escolar (e.g. competições, encontros...)</p>	<p>83,3% dos coordenadores de DEF responde que a sua escola não recebe apoio do governo no que respeita ao desenvolvimento profissional contínuo.</p> <p>Não existe cooperação entre o governo e as escolas participantes no que respeita ao transporte ativo.</p> <p>Não existe cooperação entre o governo e as escolas participantes no que respeita à colocação de especialistas com intervenção na EF escolar (e.g. enfermeiros, dietistas, socorristas).</p> <p>Apenas 33,3% refere que existe cooperação ao nível da disponibilização de instalações e na monitorização/avaliação dos espaços para a EF e DE. Esta cooperação ocorre entre a escola e o município, na secção do Desporto, e é de carácter informal. O mesmo acontece com os equipamentos desportivos (33,3%), no entanto,</p>

	<p>A cooperação entre escolas é percebida como muito importante (50%) ou importante (50%) pelos participantes.</p> <p>A cooperação com IES e centros de investigação é percebida por 66,7 % com muito importante e por 33,3% como importante. Dos participantes que afirmaram existir colaboração entre a escola e as IES (50,0%), 50% afirma que esta relação acontece ao nível do estágio pedagógico e da formação contínua de professores.</p>	<p>enquanto relação formal com o governo central de frequência anual.</p> <p>A cooperação entre escolas no que respeita à partilha de recursos e à supervisão interpares é inexistente. A cooperação em relação à formação contínua é baixa (33%).</p> <p>Entre as escolas participantes, não existe uma colaboração significativa (33,3%) com as associações profissionais. No entanto, todos consideram este tipo de relação muito importante (16,7%) ou importante (83,3%).</p>
2. Privadas	<p>50,0 % afirma cooperar com clubes ou associações desportivas de nível regional ou local, com o propósito de promoção de eventos desportivos ou promoção da saúde. Destas parcerias, 66,7% abarcam a cedência de instalações ou equipamento desportivo.</p>	<p>A cooperação com vista à formação contínua de professores de educação física nunca foi considerada. Necessitamos de construir mais pontes entre Professores, treinadores e técnicos de exercício físico?</p> <p>A cooperação com empresas é apenas considerada por uma das escolas participantes (com vista à promoção desportiva).</p> <p>Entre as escolas participantes, não existe uma colaboração significativa (33,3%) com os pais, apesar de 50% considerar “importante” e 33,3% “muito importante”.</p>

1.3.2 Instalações, equipamentos e recursos

Tabela 8 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Instalações, equipamentos e recursos” ao nível da escola

Categories (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Instalações	<p>Em média, as escolas possuem 2 instalações interiores e 2 exteriores.</p> <p>66,7% utiliza instalações desportiva partilhadas a nível local, o que pode revelar potencial para aumento das relações entre a escola e os clubes locais ou município.</p> <p>A totalidade dos coordenadores refere que a sua escola tem condições para</p>	<p>66,7% dos participantes consideram que as imediações da escola não oferecem condições de segurança para que o transporte ativo ocorra.</p> <p>50% das escolas não possui áreas de recreio ativo.</p> <p>Quanto à polivalência dos espaços exteriores, verifica-se que tendem a ser menos adequados que os espaços</p>

	<p>acomodar o transporte ativo (estacionamento de bicicletas, cacifos).</p> <p>66,7% dos participantes refere que os espaços interiores da escola, dedicados à EF e DE são adequados quanto à sua polivalência, uma vez que 50% possuem uma polivalência elevada e 16,7% referem uma polivalência completa. Apenas um participante referiu que a sua escola possui uma polivalência limitada.</p> <p>Quando os alunos podem utilizar as instalações interiores durante o recreio (50%), as suas atividades são sempre supervisionadas. Mesmo fora dos tempos escolares, os alunos podem usar os espaços interiores em 66,7% dos casos, sempre com supervisão.</p> <p>Os espaços de brincadeira livre não possuem, em 83,3% das escolas, barreiras à participação dos alunos com NEE.</p>	<p>interiores. Aqui, 66,7% possui “alguma polivalência” e 33,3% “polivalência limitada”.</p> <p>É considerado que os espaços interiores ou exteriores cedidos a nível local às escolas, tendem a ter polivalência limitada ou inexistente.</p> <p>Apesar de os alunos terem acesso a todas as instalações exteriores, durante o recreio, em 66,7% das escolas participantes, as suas atividades nunca são supervisionadas por um adulto responsável. O mesmo acontece para as atividades fora dos tempos escolares.</p> <p>Os alunos podem usar os espaços de recreio fora do período escolar, no entanto sem supervisão.</p> <p>Os alunos de 83,3% das escolas participantes não podem usar os balneários durante o dia escolares.</p> <p>Os espaços interiores apresentam mais barreiras arquitetónicas (66,7% requerem ajuda de terceiros para que os alunos com NEE ultrapassem os obstáculos) que os espaços exteriores (16,7% requerem ajuda de terceiros e os restantes 83,3% não possuem barreiras).</p> <p>66,6 % dos participantes referem que é fácil (33,3%) ou muito fácil (33,3%) a ocorrência de lesões devido ao estado do piso dos espaços interiores.</p> <p>83,3 % referem que seria fácil (33,3%) ou muito fácil (50,0%) a ocorrência de lesões devido ao estado de conservação dos espaços interiores. 66,7% referem o mesmo em relação ao estado de conservação dos espaços exteriores (50,0% muito fácil e 16,7% fácil)</p>
<p>2. Equipamentos</p>	<p>66,7 % consideram que a escola um excelente nível padrão de equipamentos que permitem lecionar as atividades curriculares e extracurriculares.</p> <p>83,3% das escolas participantes permitem que os alunos utilizem os equipamentos escolares para a EF e DE.</p>	<p>Como tornar os equipamentos adequados a alunos com NEE, em particular, aqueles com dificuldades ao nível da locomoção?</p>

	A possibilidade de ocorrência de uma lesão devido ao estado de manutenção dos equipamentos é considerada “pouco provável” (33,3%) ou “muito pouco provável” (33,3%).	
3. Recursos financeiros	-----	Não existiram dados conclusivos

1.3.3 Carga Horária Semanal

Tabela 9 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Carga horária semanal” ao nível da escola

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
Carga de trabalho semanal	<p>A carga horária em termos de horas de lecionação ou de atribuição de grupos-equipa do DE varia entre professores (e.g. progressão na carreira docente; acumulação de cargos de gestão; horário parcial).</p> <p>Média entre escolas participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 12,67 aulas EF por semana ($\pm 9,09$) - 755,83 min./sem. ($\pm 470,60$) - 5,50 turmas por professor - 305,00 min./sem. de atividades do DE ($\pm 157,50$) - 8,00 h/sem. para outras funções ($\pm 6,06$) 	<p>A elevada carga horária dos professores portugueses, abarcando um conjunto variado de funções desempenhadas (lecionação, gestão intermédia, apoio ao desenvolvimento de projetos, treino), pode estar a colocar em causa a saúde, bem-estar e sentimentos de satisfação dentro da profissão.</p> <p>Seria interessante incluirmos as questões da perceção ou sentimento de satisfação face às condições de trabalho.</p> <p>Número elevado de alunos por turma. Um aspeto que terá consequências negativas quanto à inclusão necessária de alunos com NEE nas turmas regulares e admitindo a falta de recursos humanos docentes e não docentes nas escolas.</p>
2. Funções desempenhadas	<p>A totalidade dos professores participantes afirmaram que os professores da escola têm funções de lecionação, de coordenação ou gestão, de lecionação do Desporto Escolar.</p> <p>A participação em atividades de relação com a comunidade é considerada por 83,3% das escolas participantes.</p>	<p>A investigação e inovação não é entendida como uma função dos professores de educação física (100%) nas escolas participantes.</p> <p>As funções de tutor educacional são apenas equacionadas como fazendo parte das funções do professor de EF em 33,3% das escolas.</p>
3. Dados demográficos dos professores	<p>Média entre escolas participantes:</p> <p>Nº de professores de EF: 11.33</p> <ul style="list-style-type: none"> - Homens: 7,50 - Mulheres: 3,83 - Quadros: 9,33 - Contratados: 2,00 	<p>O número médio de professores do sexo feminino representa cerca de 1/3 do número total de professores nas escolas da amostra, existindo</p>

	<p>- Tempo inteiro: 10,00 - Tempo parcial: 0,17</p> <p>Os departamentos de EF, sendo compostos por professores do quadro, mantêm-se mais estáveis ao longo do tempo, fator relevante na definição de uma identidade coletiva e no desenvolvimento da disciplina de EF no agrupamento.</p>	semelhanças com o que acontece a nível nacional (c.f. dados demográficos ECQ).
--	---	--

1.3.4 Formação de Professores

Tabela 10 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Formação de Professores” ao nível da escola

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Desenvolvimento Profissional Contínuo	A contabilização da avaliação contínua concorre para efeitos de avaliação docente e progressão na carreira. Apesar dos congelamentos de progressão na carreira, os professores a tempo inteiro das escolas da amostra continuam a frequentar ações de formação contínua.	Fomentar a formação recíproca, baseada na escola.

1.3.5 Flexibilização Curricular

Tabela 11 - Pontos fortes e principais desafios encontrados para o tema “Flexibilização curricular” ao nível da escola

Categorias (Secção)	Principais pontos fortes	Principais desafios
1. Educação Física <i>Conteúdos</i>	<p>A aptidão física; desportos coletivos; Dança; Ginástica; Desportos de Raqueta são matérias comuns a todas as escolas da amostra.</p> <p>O atletismo é uma matéria ensinada em 83,3% das escolas.</p> <p>A área dos conhecimentos (acerca da AF e da saúde) é ensinada na totalidade das escolas.</p>	<p>Os desportos de combate e os movimentos fundamentais são trabalhados em 66,7%.</p> <p>Ciclismo não é ensinado nas escolas.</p> <p>A patinagem e os desportos aventura apenas são lecionados em 33,3% das escolas da amostra.</p> <p>Os desportos de inverno não são lecionados nas escolas da amostra o que se relaciona com as características geográficas do país.</p>

<p><i>Avaliação</i></p> <p>Resultados de APZ</p> <p>Saídas de campo em EF</p> <p>Carga horária</p>	<p>A totalidade das escolas possui critérios de avaliação claros e <i>guidelines</i> para a avaliação sumativa.</p> <p>83,3% define <i>guidelines</i> para a avaliação formativa (contínua) e para a avaliação inicial.</p> <p>É considerado que os alunos participam no processo de avaliação. Aqui, 50,0% refere que os alunos da sua escola participam em ambos os processos de avaliação formativa e sumativa.</p> <p>O departamento de EF é o responsável pela definição de critérios de avaliação em todas as escolas.</p> <p>Os resultados de aprendizagem em EF são focados num conjunto diversificado de conteúdos (ecletismo de aprendizagens).</p> <p>Todas as escolas participantes organizam saídas de campo como parte do currículo de EF (66,7% 1 ou 2x por ano).</p> <p>Média, (mediana) de tempo horário e média do nº de sessões semanais por nível de ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação pré-escolar: 48,33 (45) min. /1x - 1º ciclo: 73,75 (75) min. /1,5x - 2º e 3º ciclo: 138 (135) min. / 2 - Ensino Secundário: 200 (180) min. /2 	<p>Em 66,7% das escolas, os pais são informados frequentemente dos dados de avaliação das aprendizagens dos seus educandos.</p> <p>Atualmente: 150 minutos em todos os níveis de ensino.</p> <p>Os responsáveis pela definição do horário pertencem a um grupo de trabalho em 50% das escolas ou á direção (33,3%). A inexistência de elementos do departamento de EF nestes grupos de trabalho ou na direção pode ditar uma organização da disciplina que não é a mais adequada e do interesse os alunos e das suas aprendizagens.</p>
<p>2. Desporto Escolar</p>	<p>Todas as escolas disponibilizam atividades do Desporto Escolar, em adição à Educação Física.</p> <p>Nas escolas públicas da amostra, os alunos participam de forma gratuita. Entre as escolas privadas, os alunos pagam algumas atividades ou a sua totalidade.</p> <p>66,7% das escolas referem que as raparigas têm uma participação significativa no DE.</p> <p>Os professores de EF são responsáveis pela intervenção no DE na totalidade das escolas.</p>	<p>A média de número de alunos a participar no Desporto Escolar é baixa (14%). ($\pm 5,55$)</p> <p>A participação de grupos minoritários, face ao seu número total é considerada como residual (alunos com NEE; baixo ESE; imigrantes) ou inexistente (alunos de etnia cigana).</p>

	<p>A totalidade das escolas da amostra participa em competições (média: 25 por ano \pm 14,519). É considerado que 83,3% das competições acontecem ao fim de semana.</p> <p>50,0% das escolas da mostra já participaram em competições internacionais.</p>	
3. Outras Formas de Atividade Física	<p>83,3% das escolas implementam atividades extracurriculares. Destas, apenas 33,3% são atividades físicas e desportivas, disponibilizadas em adição à EF e DE. As AFD existentes nas escolas são da responsabilidade do professor de EF.</p>	<p>66,7% das escolas afirmam que a utilização da atividade física como método de aprendizagem em outras disciplinas, não é aplicado.</p> <p>Em 50% das escolas não existe supervisão das atividades de recreio.</p> <p>50,0% das escolas referem a existência de transporte ativo, no entanto, apenas 16,7% organizam formalmente estas atividades.</p>

Conclusões

Atualmente, Portugal encontra-se no início da aplicação de sistemas de avaliação externa das aprendizagens em Educação Física. No contexto nacional, existe experiência considerável de aplicação de baterias de teste *standardizadas* no âmbito da avaliação da aptidão física, primeiro com o Programa *Fitnessgram* e mais recentemente, com a criação do FitEscola, um sistema de avaliação português que possibilita a monitorização interna e externa do desenvolvimento da aptidão física (aeróbia, muscular) e da composição corporal das crianças e jovens entre os 10 e os 18 anos. Este instrumento serve o propósito da monitorização interna (escola) e também alimenta uma base de dados nacional que poderá ser utilizada pelas instituições de Ensino Superior, Centros de Investigação ou Ministério da Educação, com vista ao desenvolvimento de estudos que informem os intervenientes na comunidade escolar e possibilitem o desenvolvimento de políticas de ação.

As provas de aferição em Educação Física, a realizarem-se no final do 2º, 5º e 8º anos de escolaridade, têm como referencial base as Aprendizagens Essenciais definidas no Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho, no n.º 2 do artigo 17, e permitem acompanhar o desenvolvimento do currículo, providenciando informação regular ao sistema educativo; fornecer informações detalhadas acerca do desempenho dos alunos a todos os intervenientes na comunidade escolar; potenciar uma intervenção pedagógica atempada, dirigida às dificuldades identificadas para cada aluno.

Em Portugal verifica-se a inexistência de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Educação Física (ENDEF). Apesar dos PNEF não se constituírem como uma estratégia propriamente dita, estes são efetivamente muito detalhados e cobrem todas as questões mais relevantes relativas ao desenvolvimento da educação física escolar. O apoio do governo para o desenvolvimento de estratégias de facilitem a criação desta Estratégia Nacional é considerado pela Sociedade Portuguesa de Educação Física como sendo médio. Em particular, é percecionado que o governo deveria ter um papel mais ativo no que concerne à consultoria; à emanação de recomendações para cooperação com o sector da saúde; no apoio ao desenvolvimento de um sistema de monitorização interna do desenvolvimento das aprendizagens em educação física e no desporto escolar; na criação de recomendações para o desenvolvimento dos programas de formação de professores de Educação Física; no desenvolvimento de um plano de promoção e clarificação da importância da EF, dirigido à

opinião pública e na criação de um sistema de avaliação da qualidade da intervenção pedagógica em EF.

A formação de professores de Educação Física é percebida como sendo de qualidade. A oferta de programas de formação contínua é vasta e a sua frequência é obrigatória, no entanto, existe a necessidade de adequar os conteúdos e as estruturas e tipologias de formação às reais necessidades dos professores, para que serviam o propósito de promoção da qualidade de intervenção pedagógica. A indução profissional está prevista na lei mas não ocorre de forma sistemática e generalizada.

Durante o ano letivo 2017/2018 foram tomadas medidas legislativas que devolveram a equidade de estatuto entre disciplina de EF e outras disciplinas do currículo nacional (reposição da carga horária nos 2º e 3º ciclos e contabilização da classificação da disciplina na média de acesso ao Ensino Superior), atribuindo-se ênfase à autonomia e flexibilização curricular ao nível da escola e à inclusão de todos os alunos.

O Desporto escolar encontra-se sobre a tutela do Ministério da Educação. O apoio ao seu desenvolvimento é considerado elevado, no entanto, carece de monitorização. A promoção da atividade física nas escolas tem sido promovida durante a última década (e.g. remodelação de espaços de recreio escolares, atividade de enriquecimento curricular), no entanto, em paralelo, necessitamos de difundir outras estratégias complementares de promoção de atividade física curricular e extracurricular, como a aprendizagem ativa e o transporte ativo casa-escola e escola-casa.

A cooperação entre escolas, com os encarregados de educação, com Instituições de ensino superior e a participação na vida associativa, apesar de entendidas pelos participantes como “importante”, necessita de ser potenciada.

Os professores de Educação Física Portugueses possuem um conjunto diversificado de funções dentro da organização escolar (organização e gestão do ensino, treino do Desporto Escolar, Gestão intermédia; relações com a comunidade). A função de investigação e inovação não é vista pelos participantes como uma função do professor de Educação Física. Os professores frequentam regularmente cursos de formação contínua na sua área de especialidade.

No âmbito da flexibilidade curricular, as escolas participantes referem práticas de avaliação das aprendizagens e de organização de conteúdos que vão ao encontro das orientações emanadas pelos PNEF.

A participação no Desporto Escolar é baixa e, quando falamos de grupos-alvo considerados minoritários (imigrantes, alunos de etnia cigana) a participação pode ser muito baixa ou inexistente. Apesar dos dados apresentados quanto à participação, a totalidade das escolas participa frequentemente em competições do Desporto Escolar.

A oferta de atividades de enriquecimento curricular é diversificada. No 1º ciclo a oferta de atividade física extracurricular é gratuita no ensino público (à semelhança do Desporto Escolar em outros ciclos de ensino).